

Diagnóstico das Políticas Públicas de Juventude em Santo André

“Temos que sonhar com a nova geração”

Luis Inácio Lula da Silva

A esperança depositada pela juventude brasileira no governo do PT ajudou a potencializar o movimento, impulsionado pela chamada “onda jovem”, de discussão e análise das políticas de juventude no país. Muitos agentes sociais, políticos e acadêmicos reúnem-se hoje em frentes de ação e discussão sobre o tema, a exemplo das audiências públicas da Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados ou através do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania. Em Santo André criamos desde 1996 de forma pioneira a Assessoria de Juventude ligada a Secretaria da Assistência Social, onde pudemos desenvolver ações voltadas para o setor juvenil, marcado com uma grande mobilização popular juvenil nas plenárias do OP, reivindicou um espaço de diálogo com o poder local. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os jovens de 15 a 24 anos representam cerca de 20% da população do país. São 33 milhões de brasileiros (as), dos quais 80% vivem na área urbana. A cidade de Santo André tem hoje 117 mil jovens, considerando o referencial por faixa etária (14-25 anos)¹, se ampliarmos para um conceito comportamental, sociológico e/ou biológico este número praticamente dobra.

A afirmação do Direito ao Trabalho para a juventude tem seu grande referencial no Programa Primeiro Emprego desenvolvido em nossas administrações. Afirmar este programa como uma das grandes conquistas da juventude é de extrema urgência já que quando nos deparamos com o perfil de desempregados em Santo André, por exemplo, no que toca à faixa etária, nota-se que 35,5% dos 85.000 cadastrados³ na Central de Trabalho e Renda possuem entre 16 a 25 anos, tentando conquistar, na sua maioria, a primeira experiência no mercado que paradoxalmente, os rejeita pela mesma ausência de experiência anterior.

A centralidade do setor educacional para Juventude parte da premissa de que além de difusor de informações, o espaço educacional é um importante ambiente de socialização, logo, deve estar sensível à problemática social, à heterogeneidade do mundo contemporâneo e às mudanças na sociedade, já que a nossa realidade andreense aponta um dado bem interessante, que foge da realidade dos demais jovens do país, onde o número de jovens que só estudam e não estão trabalhando são da ordem de 19% das pessoas cadastradas na CTR; é um pouco maior da quantidade de jovens que apenas trabalham e não estudam que são 16%. Apenas 8,68% conseguem conciliar os estudos com o trabalho.

Ao acompanhar as estatísticas sobre segurança pública notamos o aumento de 4,78% nos homicídios, 22,83% nos furtos, 6,19% em estupros e um aumento de 17,19% no número generalizado de crimes. Este é o resultado da comparação dos números da violência e da criminalidade entre os anos de 2002 e 2003⁵, onde vemos na realidade, que as maiores vítimas desses resultados são os jovens que moram nas regiões periféricas e/ou quando são negros.

Enquanto pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revela redução na taxa de fecundidade das mulheres brasileiras, cresce o número de adolescentes grávidas no país. Nos últimos dez anos houve um aumento de 12,5% nos casos de gravidez em mulheres de 15 a 19 anos. Chama a atenção o número de gestantes com idade entre 10 e 14 anos. A cada ano, são registrados 31 mil partos nessa faixa etária no SUS. Se adentrarmos para os novos casos de HIV/AIDS no período de 01/11/2002 - 31/10/2003 em Santo André veremos que no público masculino temos 63,3% - 107 e no público feminino: 36,7% - 62 e quando notamos o recorte de idade temos no público de 13 a 19 anos: 4,7% homens e 6,5% mulheres e de 20 a 39 anos: 62,6% homens e 70,9% mulheres do total⁴. Dentro desta análise, reafirmamos a necessidade da continuidade de Programas de Prevenção já existentes para a público jovem, mas que precisam ser ampliados.

Devemos perseguir as políticas universais que beneficiem igualmente a toda a população e ao mesmo tempo criar programas, projetos, políticas de ações afirmativas, dirigidos a grupos específicos sem acesso aos direitos básicos de cidadania. Já que as políticas igualitárias nem sempre conseguem atender seus objetivos, onde muitas vezes alguns segmentos da sociedade apresentam necessidades específicas para poder exercer sua condição de cidadão.

Na nossa linha de atuação e das diretrizes gerais de nosso Programa de governo 2000/2004 - considerávamos *‘a juventude como um segmento social que deveria estar inserido em todas as políticas públicas’*, desta forma, achamos necessário construir a integração de ações sobre juventude entre os diversos órgãos da nossa administração, propiciando a transversalidade da temática, já que hoje as ações desenvolvidas se encontram fragmentadas e muitas vezes não conseguimos ‘compreender e respeitar’ as linguagens e as formas de como a juventude se expressa e participa de acordo com a sua diversidade e pluralidade. Mudar os rumos da políticas públicas de juventude se faz necessário visando constituir uma matricialidade de gestão administrativa.

Uma nova concepção para as Políticas Públicas de Juventude

‘Podemos observar duas idéias básicas que costumam estar presentes nas concepções modernas de juventude: a primeira consiste em considerá-la uma fase de *passagem* no ciclo da vida, situada entre o período de

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2000.

³ Perfil dos moradores cadastrados na CTR > por gênero e faixa etária (set/2003). Fonte BD – CTR.

⁴ Programa Municipal de DST/AIDS da PMSA.

⁵ Secretaria de Segurança Pública

dependência, que caracteriza a infância, e a posterior autonomia adulta. A segunda é a que atribui aos jovens uma *predisposição natural para a rebeldia*, como se fossem portadores de uma essência revolucionária.

A concepção de juventude como *passagem* parte do reconhecimento de que se trata de um período de transformações e por isso de buscas e definições de identidade, de valores e idéias, de modos de se comportar e agir. Disto decorre a percepção da juventude como momento de instabilidade: intensidade e arrojamento, por um lado, turbulência e descaminhos, por outro. A resposta mais evidente a essa percepção sugere que tal momento de transição deva ser centrado na preparação para a vida futura, sobretudo via formação escolar, de modo a garantir uma adequada inserção na vida social – sob rígido controle dos adultos, é claro, para que as buscas e inquietações não levem a “desvios”.

Por sua vez, principalmente na tradição do pensamento da esquerda, criou-se uma forte relação entre a ausência de compromissos sociais já estabelecidos (dada pela “suspensão” temporária das funções e responsabilidades), com uma maior disponibilidade dos jovens às mudanças cultural e política. Assim, a juventude passou a ser definida como tendo por essência ser rebelde, revolucionária, sempre pronta a propor utopias transformadoras – concepção já presente no início do século XIX, na esteira da Revolução Francesa, que se renova e se consolida nos anos 60 deste século, com a mobilização juvenil, de dimensão internacional, em questionamento a padrões culturais e comportamentais, expressa nas imagens do hippie em comunidades alternativas ou do estudante em passeata¹.

Lutamos por uma concepção de juventude onde os jovens não são colocados pelo Estado como agente problemático e que somente a define como uma etapa do ciclo da vida, buscamos um espaço do mundo social onde os jovens possam ser participantes do processo em comunidade sendo o ator principal da transformação, apropriando-se desde a elaboração das ações até a apropriação dos resultados, havendo uma ‘escada’ da participação, conforme nos afirma *Antônio Carlos Gomes da Costa* relatando sobre o Protagonismo Juvenil², enfim, respeitar a condição de vida de cada pessoa, considerando sua condição de gênero, raça e a sua intergeracionalidade em suas representações e necessidades.

Portanto, as Políticas Públicas de Juventude são todas as ações orientadas tanto à conquista e realização de valores e objetivos sociais referentes ao período vital juvenil, como também aquelas ações orientadas no sentido de influir nos processos de socialização envolvidos. Trata-se tanto de políticas reparatórias ou compensatórias, de promoção e orientadas ao desenvolvimento e/ou à construção da cidadania. É levar em conta, por exemplo, na educação: temos que adequá-la a uma “pedagogia da juventude”, tendo um novo olhar sobre o jovem como sujeito de direitos e não só deveres - considerando os processos educativos necessários para lidar com um corpo em transformação, com os afetos e sentimentos necessários próprios dessa fase da vida e com as suas demandas de sociabilidade.

Ernesto Rodrigues (1998: 31) nos remete muito bem uma visão de como dever permear as Políticas Públicas de Juventude: “devem ser, então, *integrals*, no sentido de procurar encarar a problemática juvenil em todos os seus componentes e com uma perspectiva de conjunto, no marco de estratégias globais de desenvolvimento; *específicas*, no sentido de responder com precisão às múltiplas arestas de tal problemática, sem esquemas preconcebidos; concertados, envolvendo todos aqueles setores e atores relevantes no domínio da juventude; *descentralizadas*, brindando uma forte prioridade aos esforços no plano local; *participativos*, critério que implica necessariamente num grande protagonismo juvenil; e *seletivas*, priorizando fortemente os jovens do estrato popular urbano e rural e as mulheres jovens, em particular”.

Seguindo esta característica necessitamos ter um capital institucional necessário e correto no sentido de mapear e executar de forma transversal a temática juvenil em nosso governo, podendo gerar assim, instrumentos do plano de ação governamental em sua matricialidade. Podemos observar que isso só será possível se houver o financiamento necessário, ter um órgão de gestão e coordenação política combinado com a profissionalização e a participação dos jovens priorizando uma agenda pública da temática.

Propostas para as Políticas Públicas de Juventude **Participação Política**

1. Criar a Coordenadoria Especial de Juventude – órgão de primeiro escalão do governo ligado ao gabinete do Prefeito com o objetivo de assessorar direta e imediatamente o Prefeito e sua equipe na formulação, coordenação e articulação de políticas para a juventude; elaborar o planejamento de juventude construindo a matricialidade de governo que contribua na ação do Governo Municipal garantindo a transversalidade juvenil.
2. Criar o Conselho Municipal da Juventude – órgão colegiado de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Coordenadoria Especial de Juventude; O conselho deve ser impulsionado pela discussão das entidades juvenis da cidade, jovens ING's, propomos que ele tenha como papel, fiscalizar e elaborar políticas de juventude.

¹ Gustavo Venturi; Helena Abramo. **JUVENTUDE, POLÍTICA E CULTURA** (publicado em *Teoria e Debate*, revista da Fundação Perseu Abramo, n.º 45, jul./ago/set 2000).

² COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Protagonismo Juvenil: Adolescência, Educação e Participação Democrática**. Salvador, Fundação Odebrecht, 2000. O protagonismo é definido pelo educador como uma “participação autêntica”. Ou seja, o protagonismo pressupõe a criação de espaços e de mecanismos de escuta e participação. Para isso, é preciso conceber os jovens como fontes e não simplesmente como receptores ou porta-vozes daquilo que os adultos dizem ou fazem com relação aos jovens.

3. Resgatar o Fórum da Juventude, composto pelas diversas entidades e movimentos de jovens para debater e formular políticas públicas para setor.
4. Fortalecer o Centro de Referência da Juventude como referência básica das políticas para juventude, definindo uma coordenação paritária de co-gestão do espaço entre poder público e público jovem.
5. Realizar *Conferência Municipal de Juventude* bienal para colher dos Jovens da cidade suas propostas.
6. Realizar em parceria com os municípios vizinhos o *Festival de Juventude Regional*, promovendo a integração e o protagonismo dos jovens da cidade e da região do ABC.
7. Lutar pela implementação da Universidade Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade no ABC.
8. Criar um plano regional do ABC de Políticas Públicas para a Juventude.
9. Orçamento Participativo para a Juventude – realizar campanhas nas escolas e nos locais juvenis para a sua participação no OP da cidade e construir uma temática juvenil para eleger delegados (as) para acompanhar o CMO.

Saúde - Meio Ambiente

1. Fortalecer as ações de educação sexual junto aos jovens e seus familiares, visando, entre outros, a prevenção da AIDS/DST e a gravidez na adolescência, dependência química, etc.
2. Estimular a criação de cooperativas de reciclagem com jovens na transformação de resíduos sólidos entre outros.
3. Fortalecer os movimentos de Grafites na cidade como política de despoluição visual.

Primeiro Emprego – Cultura - Esporte – lazer

1. Criar o programa do *Primeiro Emprego Municipal*, para facilitar o acesso dos jovens ao mercado formal de trabalho.
2. Criar programas de geração de renda vinculados a projetos de formação artística com projetos sociais entre os jovens.
3. Abrir espaço de poder nos centros comunitários para a participação da juventude na co-gestão do espaço.
4. Garantir incentivos fiscais a pessoas físicas e jurídicas que empreguem jovens.
5. Criar o *Programa Jovem Empreendedor* com capacitação técnica para seus empreendimentos, empréstimos do Banco do Povo, infra-estrutura básica, planejamento de suas ações, garantias de manutenção, etc.
6. Criar o *Programa Jovens Multiplicadores de Informação para Cidadania* com caráter de primeiro Emprego para trabalharem na área da Saúde, Trânsito, Educação, Meio Ambiente, Cultura da Cidade, etc.
7. Consolidar o *Parque da Juventude* como espaço realizador de políticas juvenis¹, criando:
 - * Centro de Educação Profissional que tenha programas voltados para a juventude;
 - * Espaços de convivência;
 - * Teatro e Cinema;
 - * Inclusão Digital;
 - * Estúdio de sons e imagens;
 - * Biblioteca Temática de políticas de juventude;
 - * Banco de Dados de serviços Públicos voltados para a juventude na cidade e região;
 - * Departamento de confecção de documentos (RG, CIC, Carteira Profissional, carteira de estudante, etc.);
 - * Espaço para eventos;
 - * Quadras esportivas e campo de futebol;
 - * Áreas de caminhadas;
 - * Pista profissional e amadora de Skate;
 - * Área verde;
 - * Playground, etc.
8. Articular a realização dos *Jogos Universitários do Grande ABC*, em conjunto com Universidades e Prefeituras da região.
9. Criação de referenciais nos centros comunitários que trabalhem políticas públicas de juventude com a finalidade de gerar espaços de pertinência social e de construção de alternativas, garantindo acesso a recursos culturais, sociais e de atenção à saúde.

Comunicação – Educação

1. Construir o *Mapa da Juventude* em Santo André.
2. Ampliar espaços de Inclusão digital em toda a cidade, democratizando para os jovens o acesso a Informação.
3. Ampliar a *Jornada de Informação Profissional*.
4. Criar *Cursinhos Populares* para jovens que pretendem disputar uma vaga na Universidade.
5. Maior atenção aos *jovens em conflitos com a lei e principalmente os que se encontram encarcerados* criando programas específicos de ressocialização em parcerias com outras esferas de poder.
6. Com incentivo do Governo Municipal, criar *TV e rádios comunitárias* com os jovens.
7. Realizar Oficinas de comunicação Comunitária.

Assinam este documento:

Alan Roberto Ferreira – Coletivo Municipal da Juventude do PT / André Castro – Secretário Municipal de Juventude do PT / Adriano Soromenio – Coletivo Municipal da Juventude do PT / Adriana Carvalho – Assessora de Juventude da PMSA / Armindo Pinto – Coordenador do Teatro do Oprimido da PMSA / Carla Daniela Pinto – Pastoral da Juventude e militante jovem do PT Municipal / Humberto de Jesus – Secretário Nacional de Juventude do PT / Mariana Goes Bento – Equipe da Assessoria da Juventude da PMSA / Sandra Monice – Coordenadora do Centro de Referência da Juventude da PMSA / Sandoval Junior Paixão – Músico e militante da JPT / Kleber Paiva – militante da juventude do PT / Patrícia Débora Lopes – militante da juventude do PT / Lucas Rodrigues – Coletivo Municipal de Juventude do PT / Humberto Jacomini – militante e candidato jovem petista / Ronaldo Antônio Gonzales – militante da juventude do PT / Mariana Evelize – Pastoral da Juventude e militante jovem do PT, Alessandra Dadona Benedito – Estudante de Ciências Sociais, estagiária na PMSA e militante do PT.

¹ A JPT Considera as políticas desenvolvidas no Parque insuficientes conforme reivindicações da juventude.